

FORMA URBANA E SEGREGAÇÃO

Uma análise morfológica dos assentamentos informais do entorno de conjuntos habitacionais em Ananindeua/Pará

URBAN FORM AND SEGREGATION

A morphological analysis of informal settlements surrounding housing estates in Ananindeua / Pará

A. Raquel Moraes & B. Bruna Brazão & C. José Júlio Lima

PPGAU, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo; Universidade Federal do Pará, Brasil

raquelomoraes@gmail.com

bbarquitetura11@gmail.com

jjlimaufpa@gmail.com

RESUMO

Este trabalho se propõe a contribuir com uma análise morfológica dos assentamentos informais situados no entorno dos conjuntos habitacionais Cidade Nova, Guajará e PAAR, localizados no município de Ananindeua, Região Metropolitana de Belém, estado do Pará. Foram escolhidos quatro assentamentos informais em virtude de suas respectivas localizações, relações de proximidade com os conjuntos habitacionais supracitados, forma espacial, suas conexões e limitações do sítio físico. Neles foram identificadas proporções de dimensões de quadras e lotes, massa edificada, e a relação entre o traçado da malha urbana dos assentamentos informais com as dos conjuntos habitacionais, visando identificar as transformações ocorridas e o nível integração/segregação dos recortes destacados. É demonstrado que a forma urbana dos assentamentos informais periféricos revela um processo de consolidação com padrões espaciais determinados em grande medida pela espacialidade dos conjuntos habitacionais.

Palavra-chave: morfologia, assentamentos Informais, consolidação, forma urbana.

Linha de Investigação: 3. Cidade e Projeto. **Tópico:** Morfologia urbana.

ABSTRACT

This work aims to contribute to a morphological analysis of informal settlements located around the Cidade Nova, Guajará and PAAR housing complexes, located in the municipality of Ananindeua, Metropolitan Region of Belém, state of Pará. Four informal settlements were chosen because of their respective locations, proximity relations with the above-mentioned housing estates, spatial shapes, their connections and limitations of the physical site. The assessment of proportions of blocks and lots, built mass, and the relationship between the layout of the urban network of informal settlements with the complexes housing are conducted, in order to identify the changes that have taken place and the level of integration/segregation of the highlighted areas. It is demonstrated that the urban form of peripheral informal settlements reveals a process of consolidation with spatial patterns partially determined by the spatiality of the housing estates.

Keywords: morphology, informal settlements, consolidation, urban form.

Research line: 1. City and Project.

Topic: Urban morphology.

Introdução

No Brasil, o processo de expansão urbana é marcado por descontinuidades espaciais em que diversos assentamentos informais surgem expressando a materialização da estrutura socioespacial segregada das cidades brasileiras, pois a população em condição de extrema pobreza não possui recursos financeiros suficientes para ingressar em programas habitacionais, nem em outras formas viáveis de moradia (Silva, 2014). Esse contingente populacional ocupou o entorno de conjuntos habitacionais, constituindo moradias dependentes de sua infraestrutura e oferta de serviços. Sendo assim, estabelecem-se as seguintes perguntas: Quais são as semelhanças e diferenças entre estes assentamentos? Em que medida a configuração espacial dos assentamentos situados no entorno dos conjuntos habitacionais foram influenciadas pela malha urbana destes últimos? De que modo essas influências orientaram o processo de consolidação urbana dos assentamentos?

Impulsionados por políticas habitacionais em âmbito federal, iniciou-se, no princípio da década de 1970, a primeira etapa da construção de nove setores do Conjunto Cidade Nova e também dos Conjuntos Guajará I e PAAR (Sobrinho, Alves e Vasconcellos, 2016) na Região Metropolitana de Belém (RMB). Juntos, formaram um dos maiores complexos de conjuntos habitacionais de Ananindeua, município que integra a RMB. Este conglomerado também faz parte de uma série de empreendimentos de segmento econômico e popular executados pelo extinto Banco Nacional de Habitação (BNH) e pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB-PA) durante os governos militares das décadas de 1970 e 1980. Nesta época, por se localizar na área de expansão da capital Belém, Ananindeua é marcada tanto pela concentração destes empreendimentos habitacionais, quanto pelo crescimento de áreas de assentamento informal, carentes de infraestrutura, serviços e equipamentos (Fernandes, 2012). E é neste modelo de metropolização e crescimento descontínuo e segregado que se compõe a malha urbana do município (Silva, 2014).

A pesquisa que subsidia este artigo foi realizada por meio da análise das bases espaciais, imagens de satélite disponíveis e programas de geoprocessamento para auxiliar na leitura e melhor compreensão dos padrões morfológicos em quatro recortes de assentamentos informais, situados respectivamente nos bairros do Coqueiro, 40 Horas, Icuí-Guajará e Maguari, no entorno dos conjuntos habitacionais Cidade Nova, Guajará I e PAAR. Buscar-se-á realizar uma leitura para realidade local com elementos do método conzeniano de estudos da morfologia urbana (Conzen, 2004; Gimmer Netto, Pereira Costa e Lima, 2014; Gimmer Netto e Pereira Costa, 2015). Com o uso dessas ferramentas, tem-se como objetivo geral analisar morfologicamente as lógicas evolutivas e estruturadoras dos assentamentos informais nos arredores do complexo de conjuntos habitacionais de Ananindeua apoiando-se nos seguintes objetivos específicos: i) evidenciar, a partir das semelhanças e diferenças, as configurações espaciais da forma urbana dessas ocupações informais; ii) investigar em que medida essa configuração foi influenciada pelos Conjuntos Habitacionais das quais se encontram assemelhadas ou díspares; e iii) identificar de que modo essas influências dos conjuntos habitacionais orientaram o processo de consolidação dos assentamentos informais.

A hipótese é de que a forma urbana desses assentamentos informais periféricos revela um processo de consolidação com padrões espaciais fortemente determinados pela sua relação com os conjuntos habitacionais próximos. Com base nisso, o modo de crescimento, o traçado, parcelamento e uso do solo, elementos segregadores ou articuladores do espaço (Del Rio, 1990), são alguns dos itens de análise da forma urbana que serão observados no presente trabalho. Foram identificadas proporções de quadra e lote, massa edificada

no lote, relação entre o parcelamento do solo dos assentamentos informais com o dos conjuntos, visando auxiliar a compreensão das transformações ocorridas nessas ocupações, seu processo de anexação ou isolamento do núcleo formal.

O trabalho está dividido em três partes. A princípio discorre-se, a partir da literatura sobre a produção de assentamentos informais e a relação destes com a gênese da dicotomia entre o formal/informal, que contribui para a forma espacial fragmentada das cidades brasileiras. Na sequência, se discute como se deu o surgimento dos assentamentos informais no entorno dos conjuntos habitacionais do BNH em Ananindeua, inserido no contexto da urbanização periférica na RMB, marcada por descontinuidades sociais e espaciais (Trindade Jr, 1998). Em seguida, é apresentada a base da literatura sobre morfologia utilizada e os resultados das análises desenvolvidas nos quatro assentamentos escolhidos com os materiais elaborados. Por fim, as considerações finais evidenciam os principais pontos do que foi exposto por meio das análises das características dos assentamentos, em suas respectivas conjunturas, destacando as motivações que se apresentam para justificar a realidade de cada recorte.

1. A forma urbana segregada das cidades brasileiras

É impossível pensar na expansão das cidades brasileiras sem considerar que a formação de suas áreas periféricas é marcada pela valorização do solo a partir da conversão de terra rural em terra urbana e que esse processo se estruturou de forma descontínua e segregada. Apesar dos avanços das últimas décadas, a atuação do Estado é insuficiente para regular a expansão urbana, corroborando assim para a falta de coesão espacial das cidades (Maricato, 2014). As cidades brasileiras são então marcadas por tipologias de assentamentos que se confrontam pela incapacidade de gerar integração socioespacial, uma vez que a questão do solo urbano é sempre resolvida de forma desigual para as diferentes classes da sociedade brasileira (Antonucci e Gobbi, 2018).

Ainda que hoje os assentamentos informais se constituam como o espaço da maioria da população urbana no Brasil, Rolnik (2015) cita que, por possuírem formas espaciais diversas, cujas configurações não se adequam a lei e aos padrões de planejamento posto, por vezes não são compreendidos pelos atores estatais ou são ainda renegados na atuação de planejamento e nas representações oficiais das cidades. A autora é categórica em dizer ainda que a dificuldade de entendimento e de classificação desses assentamentos revela vestígios de um posicionamento ligado a um paradigma que, inerentemente, é excludente social e espacialmente. Estes territórios estão marcados constantemente pelo que ela chama de transitoriedade permanente, pois sobrevivem em meio de contínuas pressões, mediações políticas de diversos atores, transitam entre camadas de legalidades e ilegalidades, e permanecem suscetíveis a remoções. Estes tipos de assentamentos estão sempre sujeitos a consideráveis transformações durante o processo de consolidação por estarem condicionados a se adaptarem a lógica dos assentamentos formais (Loureiro, 2017).

De acordo com Valladares (2005) os assentamentos informais também possuem diferenças entre si e por isso é necessário que estudos sobre a morfologia e as relações socioespaciais desses assentamentos sejam produzidos para identificar e tipificar suas características. Segundo o estudo de Loureiro (2017), a depender do modo de inserção na cidade, de sua localização, configuração da forma espacial, do papel destas no mercado de terras e do grau de consolidação, estes assentamentos podem assumir mais ou menos influência das tipologias formais. Dessa forma, a população cria e modela esses espaços de acordo com as

oportunidades de acesso à cidade que são disponíveis a elas. Segundo Loureiro e Medeiros (2014), tipologias de assentamentos informais que possuem certa organicidade, como as favelas, tendem ter em sua gênese a auto-organização como característica evidente; enquanto que em assentamentos informais que apresentam algum grau de formalização espacial, como os loteamentos, já são mais dependentes da lógica da cidade formal.

2. A produção de assentamentos informais no entorno dos Conjuntos Habitacionais do BNH em Ananindeua-PA

A partir de meados da década de 1960, se observam mudanças no espaço urbano da região amazônica. Com o intuito de povoar a região, a entrada dos grandes projetos econômicos concebidos durante a ditadura militar produziu novas tipologias de ocupação de padrão “rodoviarista” no território (Becker, 2013). Isso resultou em uma migração massiva para a região, o que localmente também influenciou no processo de reestruturação da capital, estimulando a expansão urbana e o aumento da produção de periferias em Belém e Região Metropolitana (Cardoso e Lima, 2007, 2015).

A constituição oficial da Região Metropolitana de Belém em 1973, que primeiramente contemplou Belém e Ananindeua, é resultado de um processo de urbanização na Região Amazônica que culminou no aparecimento de diversas tipologias de ocupação e que incentivou a conurbação do território (Trindade Jr, 2000). Tem-se este momento descrito por Mendes (2019: 13) como as “expressões iniciais da metropolização” que resulta de certo grau de dependência do desenvolvimento urbano das cidades vizinhas em relação a capital. Impulsionados pelas políticas habitacionais em âmbito federal, na segunda metade da década de 1970, é inaugurado a primeira etapa do conjunto habitacional Cidade Nova, construído pela Companhia de Habitação do Estado do Pará (COHAB) no município de Ananindeua (Sobrinho, Alves e Vasconcellos, 2016).

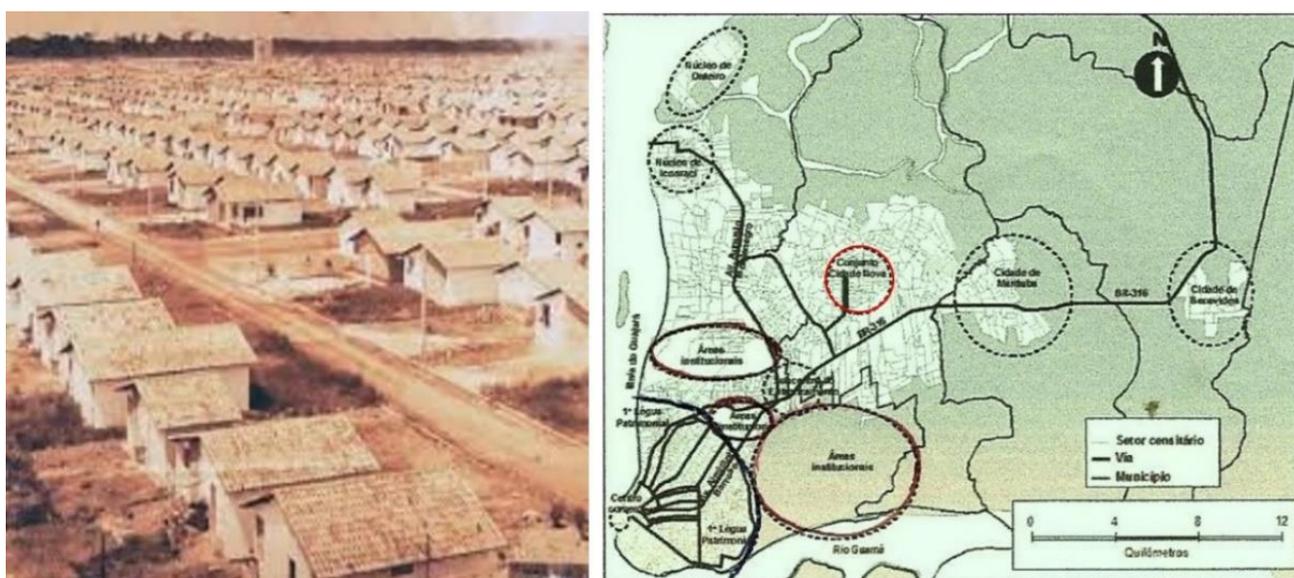


Fig. 01: Conjunto Cidade Nova, produção habitacional do BHN nas décadas 1970/80 (foto da época da construção à esquerda e localização em vermelho no mapa à direita). Hoje as vias principais do conjunto configuram uma subcentralidade de importância metropolitana no município de Ananindeua. Fonte: foto (COHAB, 1983) e mapa (Santos, nd).

Mesmo que parte da produção habitacional do BNH tenha sido voltada para moradia popular, um grande contingente populacional ainda assim não possuía condições financeiras de adentrar nos programas habitacionais oferecidos pelo Estado (Silva, 2014). Essa população se assentou principalmente no entorno dos conjuntos habitacionais, em ocupações irregulares e precárias, na busca de moradia e oportunidades mínimas acesso. A provisão de tipologias de ocupação formal pelo mercado e pelo Estado nas áreas de expansão urbana, condicionaram o aparecimento de novas centralidades (Lima, 2002). Dessa forma, o complexo habitacional se configurava como a melhor infraestrutura urbana formal de Ananindeua e já possuía tendência de se tornar uma nova centralidade na RMB, o que foi um atrativo para as famílias menor renda a ocuparem em suas imediações.

Concomitante à produção formal dos conjuntos habitacionais e condomínios fechados no município de Ananindeua, ocupações precárias tomaram conta do espaço metropolitano. Mesmo que instáveis por conta da condição de ilegalidade, esses assentamentos informais (loteamentos clandestinos, favelas, invasões em conjuntos habitacionais inacabados como no caso do PAAR) se expandiram de forma bastante acelerada. Tem-se como resultado deste processo, uma forma urbana fragmentada e segregada, fruto das discontinuidades socioespaciais bastante presentes RMB (Trindade Jr, 2000).

Ao longo das últimas décadas, algumas ocupações informais foram reconhecidas pelo poder público e sofreram ações de intervenção, consolidados por meio de políticas públicas, como no caso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que contemplou diversos assentamentos informais na RMB, com ações de urbanização e regularização (Rodrigues et Al, 2018). Os contratos foram apresentados para os municípios da RMB em 2007 e em 2008 as ações tiveram o início. Para o município de Ananindeua, Rodrigues et al., (2018, p. 256) cita que os contratos propostos foram “do tipo urbanização integral e correspondem a assentamentos resultantes de ocupações espontâneas e loteamentos clandestinos”, no entanto, a maioria destas obras não foram finalizadas, e se estendem com problemas de execução e regularização.

As propostas de intervenções por meio de obras públicas de saneamento e de pavimentação viária principalmente para que esses assentamentos informais sejam integrados na malha urbana das cidades, seguem em debate entre autores. Muitos apontam para o modo como estes projetos são elaborados, com ineficiente articulação urbanística com o entorno, soluções projetuais generalizadas, pois nem sempre estes possuem um estudo e diagnóstico sobre a configuração morfológica da área, e também, deve-se dizer, da desconsideração em relação a conexão que os moradores criaram com o local (Rodrigues et Al., 2018). Dos recortes que serão analisados neste trabalho, apenas o do Icuí Guajará e do 40 Horas (assentamento Nova Esperança) estavam previstas nas intervenções de urbanização do PAC. Na figura 02 consta que os assentamentos “Nova Esperança” e “Malvinas”, que correspondem respectivamente aos recortes do 40 horas e parte do recorte do Maguari, foram tituladas pela SEHAB. Os assentamentos “Tokio”, “Park Laguna” e “Deus Proverá” que correspondem a parte do recorte do Coqueiro, e o assentamento “Jardim Jader Barbalho”, que corresponde a parte do recorte do Maguari, são áreas não-tituladas, porém reconhecidas pela Prefeitura Municipal de Ananindeua.

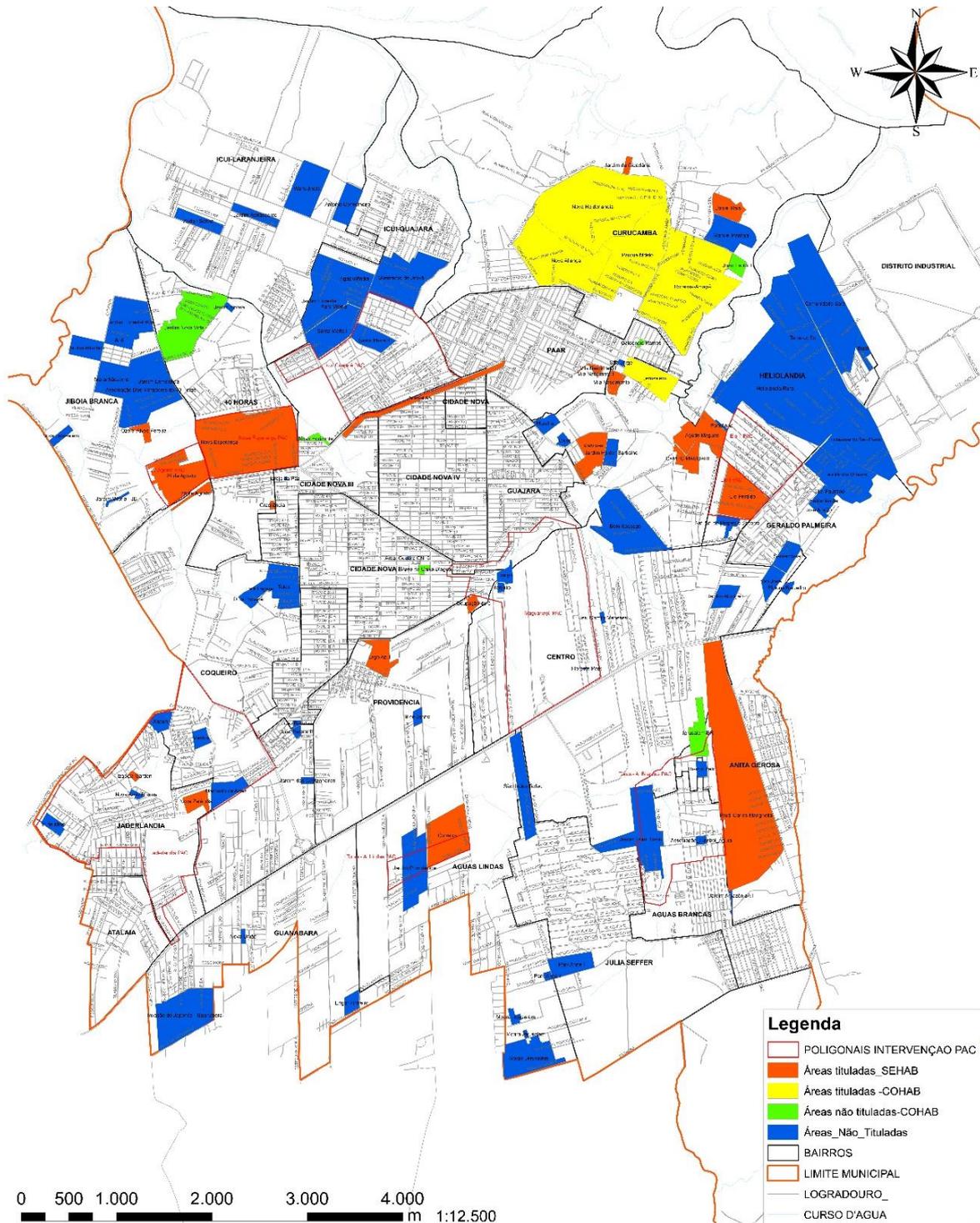


Fig.02: Assentamentos informais reconhecidos pela Prefeitura Municipal de Ananindeua para fins de intervenção e regularização fundiária. Fonte: (PMA, 2016).

3. Análise dos assentamentos informais por meio da morfologia urbana

A morfologia urbana, campo disciplinar que investiga a forma urbana e suas relações espaciais, é a ferramenta de análise dos objetos de estudo deste trabalho. Os estudos da morfologia têm como propósito estabelecer um método de abordagem interdisciplinar para investigação e entendimento da forma urbana das cidades dentro de seus contextos sociais (Gimmler Netto e Pereira Costa, 2015). Na morfologia, o espaço urbano se materializa a partir das diversas formas de assentamentos humanos, que revelam como os diferentes grupos e instituições produzem socialmente esses espaços, fornecendo uma chave de leitura sobre as transformações ocorridas no espaço ao longo do tempo.

A escola de morfologia urbana inglesa (Conzen, 2004) propõe uma metodologia de análise acerca da paisagem urbana a partir das seguintes escalas: plano urbano, que abrange as relações entre as condições físicas do terreno, a forma de organização do sistema viário e o macroparcelamento do solo vistas a partir da escala do território; o tecido urbano, que investiga a relação entre quadras, lotes e agrupamentos edílicos; e o padrão de uso e ocupação do solo, que revela a relação do modo de ocupação dos lotes e edifícios com seus usos associados. Para a escola inglesa, a partir desta visão tripartite seria possível entender a configuração espacial no estado atual e também as transformações ocorridas em outros momentos durante o processo histórico (Gimmer Netto, Pereira Costa e Lima, 2014; Gimmer Netto e Pereira Costa, 2015).

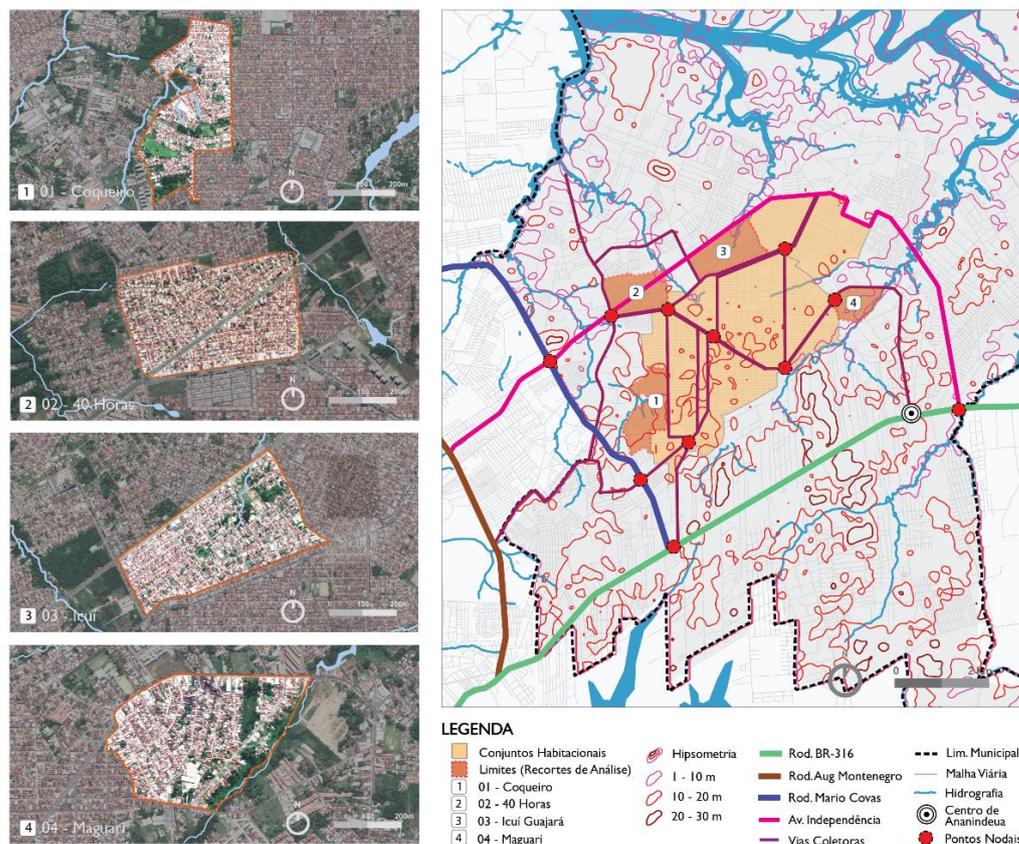


Fig.03: Inserção e localização dos recortes no entorno dos conjuntos habitacionais em Ananindeua. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Google Earth, 2020; INPE, 2011; COHAB, 2010; IBGE, 2010.

Na escala do plano urbano da área estudada (figura 3), os recortes estão situados entre as principais vias coletoras e estruturais do sistema viário da porção norte de Ananindeua. Vale ressaltar que no caso dos “Recorte 02 - 40 Horas” e “Recorte 03 - Icuí-Guajará”, estes foram e ainda estão sofrendo intervenção do Estado por conta das ações de urbanização do PAC e das obras de prolongamento da Av. Independência. Considerada como via alternativa de escoamento metropolitano, sua extensão foi realizada entre 2013 e 2015 pelo Governo do Estado e contou com ações de retificação, urbanização, remoção e remanejamento de casas dos assentamentos onde a via foi prevista (Agência Pará, 2015; IOEPA, 2013). Percebe-se ainda, nesta figura, a hipsometria do território, revelando um terreno predominantemente plano com a média de 2% de declividade.

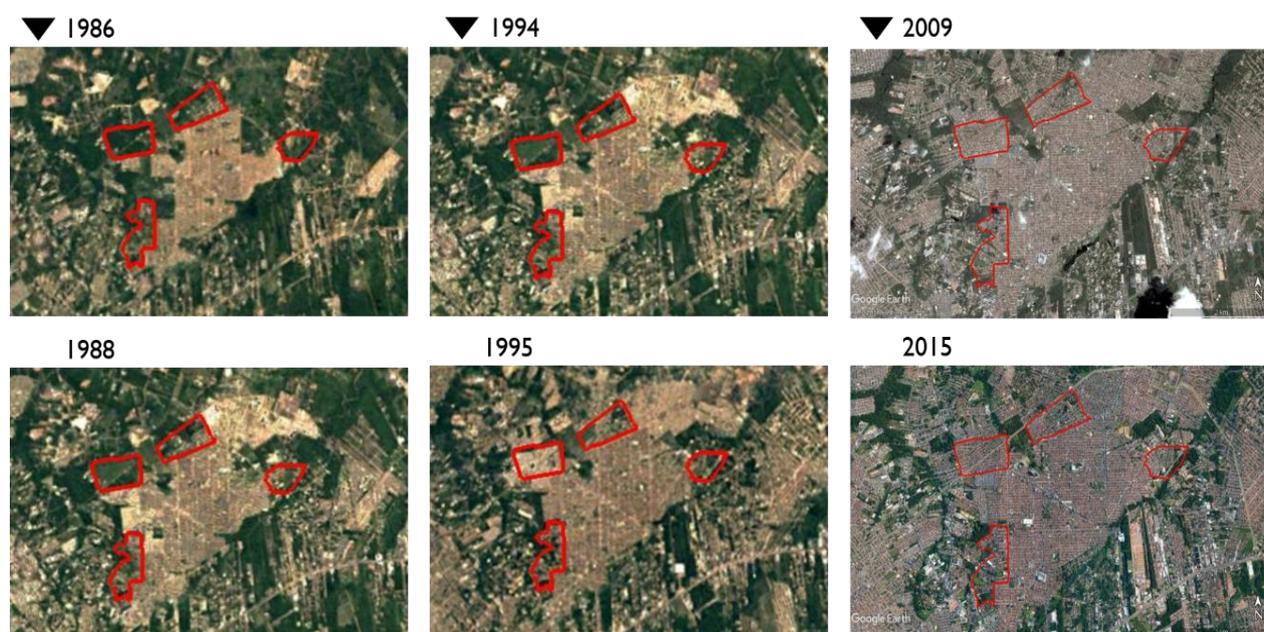


Fig. 04: Evolução temporal dos assentamentos informais no entorno dos conjuntos e a década de início de cada assentamento. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Google Earth, 2020.

Na figura 4 é possível observar a evolução temporal dos assentamentos informais e constata-se que a mancha urbana no entorno dos conjuntos habitacionais se intensifica rapidamente ao longo do tempo. Pelas imagens de satélite disponíveis entre 1986 a 2015, já se percebe indícios de parcelamento do solo no entorno dos conjuntos desde a década de 80, mas há relatos de que as primeiras de ocupações já tinham começado a surgir desde o final da década de 1970 como os do recorte 01 do bairro do Coqueiro, quando o complexo do conjunto Cidade Nova ainda estava em fase de construção.

Ainda pelas imagens, é possível identificar que em meados dos anos 1990 há um espriamento significativo da mancha urbana. Entre os anos de 1994 a 1995 surge o assentamento “Nova Esperança” referente ao recorte do 40 Horas, bem como os assentamentos correspondentes ao recorte do Maguari e o do Icuí-Guajará, que já possuíam indícios de parcelamento e ocupação desde o final da década de 80, mas se intensificam também no mesmo período.

A partir de 2009 percebe-se o entorno dos conjuntos habitacionais praticamente tomado pela mancha urbana. O estágio de consolidação também se mostra mais avançado, já que vias estruturadoras como a rodovia Mário Covas (ao oeste) e a BR – 316 (ao sul), puderam ser interligadas ao norte com a extensão da Av. Independência. Isto permitiu o fluxo entre bairros na porção norte do município, bem como o acesso pelas vias coletoras que tangenciam os assentamentos informais e os interligam aos conjuntos habitacionais e demais áreas da cidade.

Na escala do tecido urbano (figura 5), é possível identificar como se comporta o parcelamento do solo destes recortes e suas relações com o entorno. Nota-se que cada assentamento informal possui uma configuração de traçado urbano que se diferencia por conta dos entraves naturais do sítio, presença de propriedades de grandes extensões ou pelas formas de traçado urbano no entorno.



Fig. 05: Representação da forma do tecido urbano dos assentamentos informais e sua relação com o entorno. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Google Earth, 2020; IBGE, 2010; COHAB, 2010.

O recorte 1 indica uma forma de traçado semelhante à da malha de espinha de peixe. O assentamento possui esta configuração por conta de três fatores: por ser contígua a uma das vias coletoras do conjunto Cidade Nova, e desta forma, dependente principalmente deste acesso; mesmo se diferenciando da malha urbana da Cidade Nova, por terem se consolidado praticamente ao mesmo tempo, o traçado deste recorte tenta dar continuidade as vias locais do conjunto habitacional; pelas limitações físicas, já que ao leste do recorte 01, há forte presença de áreas verdes, grandes glebas e condomínios fechados, que impossibilitam a continuidade do traçado.

O recorte 2 se situa no bairro do 40 horas e se distancia há aproximadamente 1,5km do recorte 1 - Coqueiro. Possui uma configuração espacial que também tenta manter a continuidade do traçado das vias, porém se assemelhando mais com malha urbana ortogonal do conjunto Cidade Nova. Também chamado assentamento Nova Esperança, sua origem é fruto do loteamento clandestino que ocorreu em meados de 1990. Possui a presença de áreas verdes no entorno e de outras formas de ocupação, mas sua malha

urbana mais é influenciada pela presença da Av. Independência, que atravessa o assentamento e por isso é um dos fatores determinantes para a descontinuidade interna do traçado.

O terceiro recorte está localizado no bairro do Icuí-Guajará, aproximadamente 1,6km de distância do recorte 2 - 40 horas. Apesar de sua origem também ser proveniente de loteamentos clandestinos como a do assentamento Nova Esperança, sua configuração espacial é mais fragmentada e irregular por conta da presença de vegetação e corpo d'água situados ao norte do assentamento. Diferentemente dos outros recortes, o início do processo da ocupação do Assentamento Icuí-Guajará ocorreu por conta da invasão que houve na fronteira norte do conjunto Cidade Nova e em parte dos conjuntos PAAR e Guajará. Ao observar a figura 6, a área de fronteira entre o Icuí e o conjunto Cidade Nova estava prevista para ser um grande eixo viário (arteriais 5A e 5B) que fazem conexão ao conjunto do PAAR. No entanto, o que era pra ser o canteiro central da via foi ocupado irregularmente, dando início aos loteamentos clandestinos, configurando uma área de transição entre o formal e o informal.

O recorte 4, localizado no bairro do Maguari, se diferencia dos demais recortes por assumir uma tentativa de malha ortogonal, que é interrompida por uma malha mais orgânica, com grandes quadras irregulares e traçado aberto. Assim como no recorte do Icuí, o processo de formação da área se iniciou pela ocupação das quadras limítrofes do Conjunto Guajará I, formando o que se denominou aqui de área de transição. A presença de grandes glebas e condomínios no entorno delimitam a forma do traçado, além da forte presença de vegetação e um grande corpo d'água que margeia ao leste do assentamento.

Na figura 6 é representado os usos não habitacionais dos assentamentos informais, demonstrando a evidente predominância residencial, reforçando assim a dependência destes em relação aos equipamentos urbanos dos assentamentos formais.

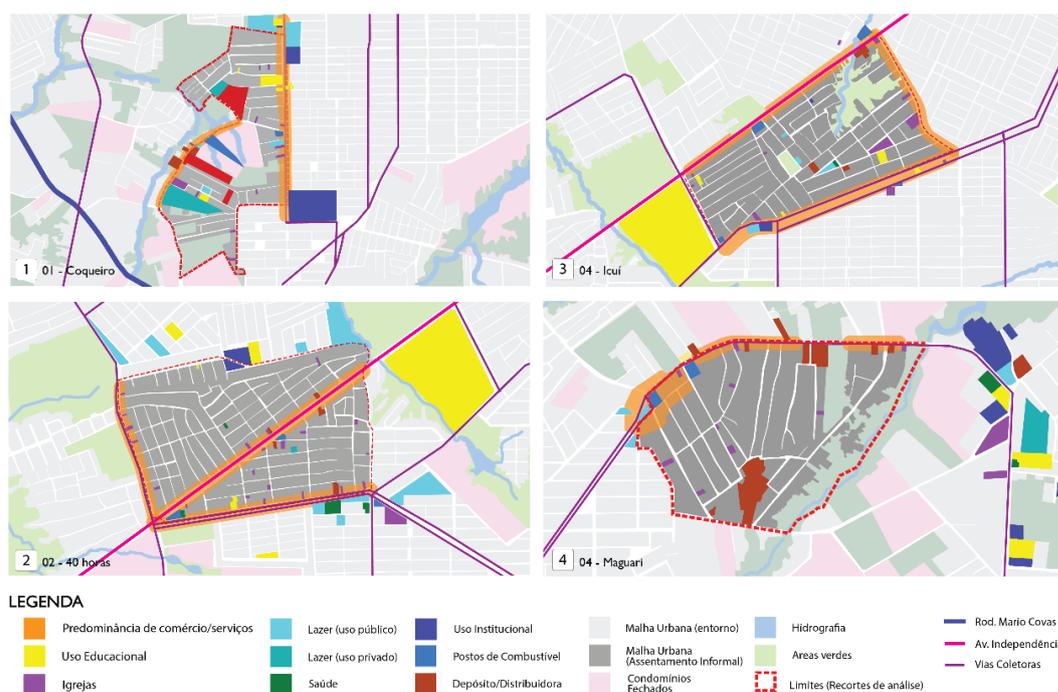
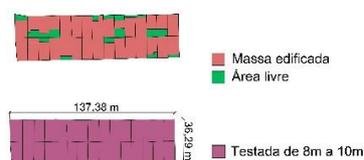


Fig. 06: Representação dos usos nos recortes de análise dos assentamentos informais e entorno imediato. Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Google Earth 2020; IBGE, 2010; COHAB, 2010.

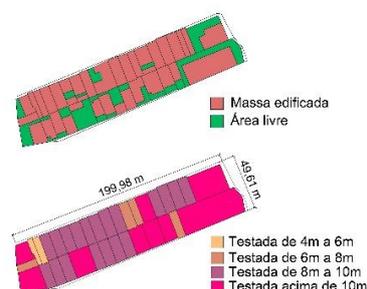
CONTROLE - CIDADE NOVA

- O parcelamento do Conjunto Cidade Nova é formado pelo traçado reticular e com pouca variância no tamanho das quadras. Suas proporções possuem entre 1:3 e 1:4;
- Tamanhos de lotes medem entre 8 a 10 metros;
- Massa edificada extremamente adensada, com poucos espaços livres apenas na frente ou nos fundos do lote.



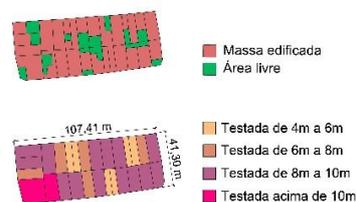
RECORTE 01 - COQUEIRO

- Recorte com quadras predominantemente compridas e proporções que pouco variam entre si, estando entre 1:4 a 1:6;
- Na amostra escolhida, os lotes possuem tamanhos de testada entre 8 a 10m e acima de 10m;
- Uso predominantemente residencial;
- As quadras situadas próximas a Rua da Providência, apresentam lotes de frente para a via muito maiores, com testadas acima de 10 m e usos geralmente comerciais;
- Massa edificada densa mas com ocorrência de espaços livres, geralmente encontrados na frente do lote.



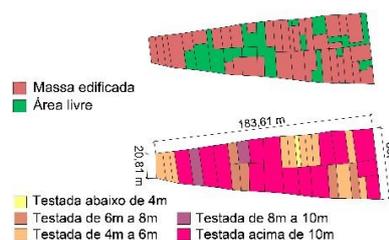
RECORTE 02 - 40 HORAS

- Recorte com quadras menos compridas e proporções entre 1:2 e 1:3;
- Na amostra escolhida, tamanhos mais comuns das testadas de lote possuem majoritariamente entre 8m a 10m;
- quadras com usos predominantemente habitacionais;
- Usos mistos ou comerciais nas quadras que se situam próximas a Av. Dom Vicente Zico, via de acesso o conjunto Cidade Nova e que se conecta ao leste com a Arterial 18 e ao oeste com a Av. Independência;
- Massa construída bastante adensada mas com espaços livres encontrados geralmente nos fundos do lote.



RECORTE 03 - ICUÍ-GUAJARÁ

- Recorte que possui grande variância nos tamanhos de quadra, sendo estas retangulares e compridas ou irregulares, com proporções que variam entre 1:4 a 1:8;
- A amostra de quadra revela que os lotes também são maiores, com testadas predominantemente acima de 10m;
- Quadras de usos predominantemente residenciais;
- Usos mistos ou comerciais encontrados mais nas quadras contíguas as arteriais 5A e 5B na área de transição entre o assentamento e o conjunto Cidade Nova;
- Massa edificada com maior ocorrência de lotes vazios e áreas livres;



RECORTE 04 - MAGUARI

- Recorte que também possui grandes variâncias nas proporções de quadra, com amplitude de tamanhos que variam entre 1:3 a 1:7;
- Forma das quadras geralmente orgânicas e assimétricas sendo que quadras ortogonais e retangulares são encontradas apenas nas proximidades da área de transição com o Conjunto do Guajará I;
- Na amostra de quadra do recorte, os lotes são mais estreitos e compridos, com tamanhos que medem geralmente entre 4 a 6m de testada, o que indica que há um intenso de parcelamento do solo;
- Massa edificada bastante adensada, com poucos espaços livres e mais concentrados nos fundos do lote.

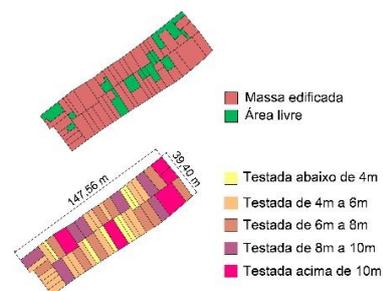


Fig. 07: Quadro de amostras do microparcelamento do solo (massa edificada, configuração de lote e quadra) dos recortes selecionados. Fonte: Google Earth (2019). Elaboração própria a partir de dados do Google Earth, 2020 e COHAB, 2010.

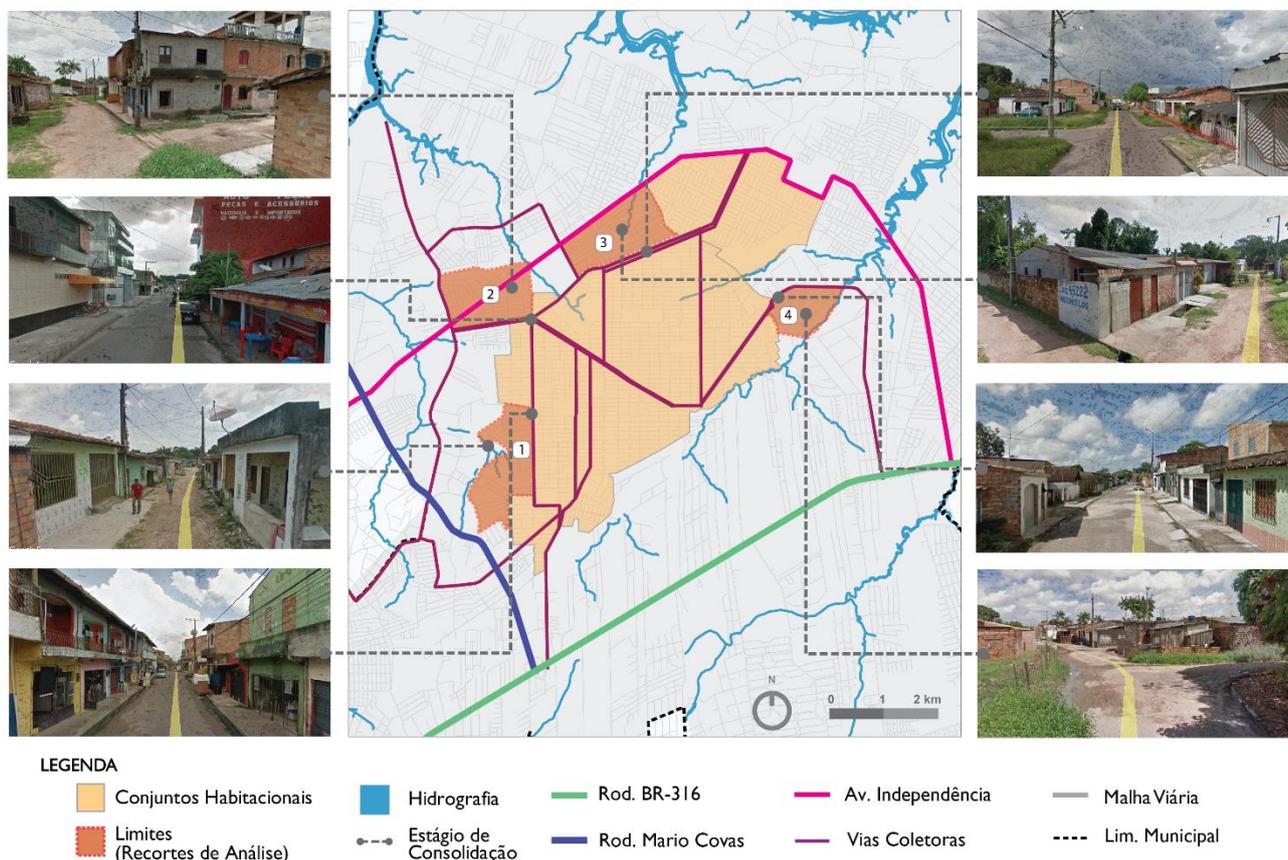


Fig. 08: Estágio de consolidação dos recortes dos assentamentos informais no entorno dos conjuntos habitacionais. Fonte: elaboração própria a partir de dados do Google Earth, 2020; COHAB, 2010; IBGE, 2010.

Por fim, a figura 7 identifica também o grau de consolidação da infraestrutura interna dos recortes. Foram escolhidas dois locais dentro cada recorte, sendo elas, uma em via mais próxima dos conjuntos habitacionais e outra em uma via mais afastada. É possível perceber pelas imagens que nos recortes do Coqueiro e do 40 Horas, o grau de consolidação das vias mais próximas se apresenta mais avançado, com as vias mais pavimentadas e tipologias de edificações com mais de um pavimento e uso misto. Nos recortes do Icuí e do Maguari as ruas também são pavimentadas, mas as tipologias das casas ainda são térreas e de usos predominantemente residenciais. Nas áreas mais afastadas, as vias ainda não são totalmente pavimentadas e as edificações ainda apresentam majoritariamente a tipologia térrea de uso habitacional. Nestas, apenas no 40 horas foi possível identificar indícios de verticalização.

4. Considerações Finais

A produção de conjuntos habitacionais periféricos, frutos das políticas habitacionais do BNH a partir da década de 1970, contribuiu para alterações na dinâmica da metrópole e para o acirramento da produção do espaço urbano resultando na conurbação entre municípios e oficialização da RMB (Silva, 2014). O surgimento de assentamentos informais no entorno dos conjuntos habitacionais foi a opção dos que ficaram desamparados pelas políticas habitacionais e que careciam se localizar próximo a uma infraestrutura mínima que viabilizasse o acesso à cidade.

No exame da configuração espacial dos recortes estudados, observa-se na macroescala que alguns condicionantes ocasionados pelos conjuntos habitacionais foram imprescindíveis para o processo de consolidação e integração dos assentamentos informais na malha urbana do município: os recortes estão inseridos em um contexto urbano no qual já eram previstas possibilidades de expansão urbana, ainda que fragmentada, mas que resultou em uma nova centralidade na RMB. Na medida em que o comércio, serviços e infraestrutura foram se estabelecendo, o complexo habitacional Cidade Nova, Guajará I e PAAR se constituiu como um centro próximo para esses assentamentos informais. A integração das vias estruturantes no entorno e a articulação destas com as vias internas dos conjuntos habitacionais, também propiciou aos assentamentos informais maior facilidade de acesso entre bairros.

Em relação as análises dos recortes na microescala, a nível de tecido urbano e uso e ocupação do solo, percebe-se que os assentamentos informais são diferentes entre si, mas que de certa forma guardam semelhanças devido sua relação com os conjuntos habitacionais. Essa relação, em maior ou menor grau, se evidencia por três fatores quanto a influência da morfologia dos conjuntos: pelo nível de dependência que os assentamentos possuem da estrutura viária dos conjuntos habitacionais; pela tentativa de “mimetização” da forma espacial do conjunto habitacional pelo assentamento informal; pela existência de uma “área de transição” que é uma área prevista no desenho do conjunto habitacional que é ocupada irregularmente e viabilizou a formação de um assentamento informal no entorno.

A configuração em forma de espinha de peixe no “recorte 01 – Coqueiro”, resulta da ocupação no lidero da Rua da Providência, via de grande fluxo na Cidade Nova. A dependência não somente em relação ao acesso viário, mas também de comércio e serviços que a via concentra resulta em uma centralidade tanto para o assentamento quanto para o conjunto habitacional. Já no “recorte 02 – 40 Horas” percebe-se a relação com o conjunto habitacional pela tentativa de mimetização da forma espacial durante o início do processo de loteamento que iniciou o assentamento. Tanto sua forma espacial a nível de tecido urbano, como de uso e ocupação se mostram semelhantes com a configuração da Cidade Nova, retratando forte contiguidade espacial. Já os recortes do Icuí e Maguari são mais marcados pela existência da área de transição que deu origem aos assentamentos.

Observa-se também um processo de consolidação e integração que ainda não foi finalizado nos assentamentos do Icuí e do Maguari, enquanto os do Coqueiro e 40 Horas, por conta do tempo e localização, respectivamente, possuem maior inserção ao entorno. É possível que o Icuí se consolide mais rápido que o Maguari, pois assim como no 40 Horas, tem sofrido intervenções em virtude das obras de extensão da Av. Independência, bem como estavam previstas obras de urbanização do PAC. Por fim, o mapeamento das características morfológicas e das relações dos assentamentos informais com os conjuntos habitacionais, permitiu entender tanto suas diferenças e semelhanças, como também o processo de consolidação e o nível de integração que esses assentamentos informais se encontram. Suas formas espaciais revelam que existe

certo grau dependência em relação aos conjuntos habitacionais, consequência da maneira como se deu a produção do espaço urbano na Região Metropolitana de Belém, como exposto no presente artigo.

5. Referências bibliográficas

ANTONUCCI, D. e GOBBI, L. (2018). Expansão urbana e assentamentos precários. *Revista de Morfologia Urbana*. 1, 17-31.

BECKER, B. (2013). *A Urbe Amazônida*. Rio de Janeiro: Garamond.

CARDOSO, A. C. D e LIMA, J. J. F. (2015). *Belém: Transformações na Ordem Urbana*. Rio de Janeiro: Letra Capital.

CARDOSO, A. C. D. (2007). *O Espaço Alternativo: vida e forma urbana nas baixadas de Belém*. Belém: EdUFPA.

COHAB. (1983). *Companhia de habitação do Estado do Pará. Foto do conjunto Cidade Nova*.

CONZEN, M. P. (Ed.) (2004). *Thinking About Urban Form: Papers on Urban Morphology, 1932-1998*. London: Peter Lang Publishing.

FERNANDES, J. C. M. (2012). *Assentamentos Precários e Dispersão Urbana: O Caso da Região Metropolitana de Belém*. Belém: 110f. [dissertação de mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Urbano. Universidade da Amazônia.

LOUREIRO, V. R. T (2017). "Quando a gente não tá no mapa": a configuração como estratégia para a leitura socioespacial da favela. Brasília: 261 f. [Tese]. Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Brasília.

LOUREIRO, V. R. T. e MEDEIROS, V. A. S (2014). A complexidade organizada da favela: a configuração dos assentamentos informais e o papel da auto-organização. III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 20-24 outubro (eletrônico).

MARICATO, E. (2014) *O Impasse da Política Urbana no Brasil*. Petrópolis: Vozes.

MENDES, L. A. S. A. (2018). Geografia-Histórica da Região Metropolitana de Belém. *Revista Espacialidades (Natal)*. 1, 10-39.

PEREIRA COSTA, S. de A. e GIMMLER NETTO, M. M. (2015). *Fundamentos de morfologia urbana*. Belo Horizonte: C/Arte.

PEREIRA COSTA, S. de A., GIMMLER NETTO, M. M. e LIMA, T. B. (2014). Aplicação das bases da escola inglesa em estudos brasileiros. *Revista Paisagem e Ambiente (São Paulo)*, 33, 29-48.

PMA. (2016). Prefeitura Municipal de Ananindeua. *Mapa das áreas tituladas e não tituladas*.

RODRIGUES, R. M., ARAÚJO, Q. P. e CASTRO, R. B. (2018). Urbanizar as Baixadas: um balanço do PAC na Região Metropolitana de Belém. In: CARDOSO, A. L.; DENALDI, R. Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC (253-290). Rio de Janeiro: Carta Capital.

RODRIGUES, E. (1998). Banidos da cidade unidos na condição: Cidade Nova, espelho da segregação social em Belém. Belém: Editora Naea.

ROLNIK, R (2015). Guerra dos Lugares: a colonização da terra na era das finanças. São Paulo: Boitempo.

SANTOS, T. V. (nd). Mapa de expansão metropolitana. Acervo pessoal.

SILVA, M. L (2014). Habitação produzindo espaço urbano na reprodução de conjuntos habitacionais: experiências e tendências na Região Metropolitana de Belém. Belém: [Dissertação de Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará.

SOBRINHO, M.V., ALVES, N. M. e VASCONCELOS, A. M. A. (2016). Gestão municipal da política nacional de habitação de interesse social: o trabalho técnico social na gestão de projetos habitacionais em assentamentos precários em Ananindeua, Estado do Pará. Revista Desenvolvimento em Questão (Ijuí), 31, 127-154.

TRINDADE JR, S. C. (1998). A cidade dispersa: Os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana. [Tese] 395 f. Doutorado em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP.

TRINDADE JR, S. C. (2000). A natureza da urbanização na Amazônia e sua expressão metropolitana. Revista Geografares (Vitória), 1,117-129.

Fontes eletrônicas

<https://agenciapara.com.br/noticia/7147/> (consulta: 10/01/2020).

<http://adrielsonfurtado.blogspot.com/2013/02/o-simbolismo-da-cidade-nova.html> (consulta: 09/12/2019).

<http://www.ioepa.com.br/2012/noticias.aspx?id=750> (Consulta: 10/01/2020).

<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/03.027/763> (Consulta: 09/12/ 2019).